**TAQUITESTE\_90ppm**

 **A LINGUAGEM NO PRONUNCIAMENTO PARLAMENTAR**

Em se tratando de pronunciamento parlamentar, não há como definir um estilo mais adequado ou menos adequado, muito menos considerar determinado estilo certo ou errado, visto que ele é próprio de cada orador, de cada redator, de cada produtor de texto, enfim.

Apesar disso, em nome do bom-senso, é importante que, mesmo respeitadas as características próprias de cada orador ou redator, o discurso parlamentar se paute pelas regras de estilo da redação oficial, excetuadas, é claro, a impessoalidade e a padronização, visto que aqui se trata de um texto de autor.

Valem, no entanto, os conceitos de clareza e de concisão, expressos anteriormente, por se aplicarem a qualquer tipo de texto que pretenda alcançar o objetivo da comunicação. Nesse sentido, é sempre bom ter em mente que o discurso, por mais solene que seja a ocasião, deverá se adequar à linguagem atual. Desse modo, são de evitar os preciosismos, os rebuscamentos, os arcaísmos sintáticos ou lexicais, para que a mensagem não se perca no trajeto emissor-receptor. Igualmente nocivo é o estilo prolixo: formulação de períodos longos demais, muitas vezes ocupando um único e extenso parágrafo, por meio de orações que se subordinam e intercalam sucessivamente, fazendo com que, no final, já não se tenha ideia do que foi dito no início.

Tenha-se em mente, também, que o texto de um discurso parlamentar tem a finalidade de ser proferido, devendo, portanto, subordinar-se às características da oralidade. Esta, no entanto, não se confunde com a informalidade que vige no registro distenso da língua, registro este que dá muita, se não total liberdade ao falante de usar a língua como instrumento elementar de comunicação, sem a necessidade do comprometimento com a formalidade gramatical. Assim, para atingir a oralidade exigida no discurso, o redator deverá evitar inversões exageradas na ordem lógica dos termos da oração e intercalações longas demais ou excessivas, bem como truncamentos do desenvolvimento natural da frase, como, por exemplo, o anacoluto, que é a quebra da ordem sintática.

Devem ser evitados, a menos que aprovados pelo próprio orador, recursos que funcionam no texto escrito, mas que, na leitura, dependem do perfeito domínio da arte da oratória. Exemplos são as aspas indicativas de ironia, as exclamações, os negritos, grifos e assemelhados, os parênteses, as notas e remissões, que perdem a força expressiva se não forem devidamente interpretados pela correta entoação do orador. A evitar, também, citações em línguas estrangeiras, a não ser que essenciais.

Em suma, a obrigação do redator de discursos parlamentares deve ser, basicamente, transmitir mensagens, expor ideias, debater temas; para que isso se realize, é preciso que o orador atinja o ouvinte de imediato, ou seja, que se comunique sem problemas. Para...